

ANTT recebe Presidente Luiz Ramos do SINDICOMIS/ACTC



Tito Lívio P. Queiroz e Silva - Gerente de Regulação da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Rosimeire Lima de Freitas – Superintendente Substituta; e Luiz Ramos Presidente do Sindicomis/Actc

Luiz Ramos esteve dia 22/02 em Brasília, na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em reunião com na Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas, quando foi recebido por Rosimeire Lima de Freitas Superintendente Substituta e Tito Lívio Pereira Queiroz e Silva - Gerente de Regulação.

O objetivo da reunião foi dar continuidade aos assuntos tratados no ano passado e reiterar o pleito defendido perante a Agência sobre o reconhecimento dos Operadores de Transporte Multimodal, no que se refere à atuação de forma plena nas operações de comércio exterior, uma vez que são os representantes do importador e exportador e responsáveis pelo despacho aduaneiro de importação e exportação, sem intermédio de um despachante aduaneiro e, assim sendo, necessária a criação de perfil eletrônico no programa SISCOMEX o que, atenderia a demanda do segmento, já despachada perante outros órgãos anuentes dessa atividade de comércio exterior.

O Gerente de Regulação da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Tito Lívio Pereira Queiroz e Silva, destacou que a Agência não possui ingerência

sobre o pleito, estando fora das atribuições da Agência. Tito citou que embora a lei que criou agência reguladora estabeleça atribuições de transporte multimodal, como o cadastramento de habilitação desde 2004, por outro lado torna-se vaga, pois segundo o mesmo existe diversos agentes, que atuam tanto no âmbito público como privado, sendo portanto, esse assunto tratado por diversos órgãos.

Tito reconheceu a existência de muitas questões burocráticas em relação ao tema, que inviabilizam as operações de transporte multimodal, “e que essas questões burocráticas por vezes transcendem em muito as atribuições da Agência”, observou. O mesmo citou o exemplo do conhecimento único de transporte, que embora seja um instrumento previsto em lei, entretanto até hoje não está em vigor; “embora os Operadores de transporte tenham o conhecimento único, ainda é necessário ter o conhecimento rodoviário, ferroviário, hidroviário e dentre outros”, observou.

Luiz Ramos defendeu a necessidade de se restabelecer uma agenda positiva em relação ao tema, bem como a importância de os órgãos intervenientes estarem a par do assunto, “por isso o SINDICOMIS/ACTC está trabalhando fortemente nessa agenda em prol de seus pleitos”. O Presidente das entidades também deixou claro, que essa é a intenção do SINDICOMIS/ACTC, buscar apoio em uma estrutura de governança.

O Presidente reiterou a importância da Agência em participar do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio, (CONFAC) tendo em vista sua importância no contexto de facilitação do transporte terrestre.

Tito informou que, a Superintendência do Transporte Multimodal de Cargas da ANTT, está trabalhando dentro das suas competências em relação ao desenvolvimento do transporte multimodal. O mesmo defendeu a importância da integração, bem como o enfrentamento dos gargalos normativos, que impedem que o transporte multimodal funcione, conforme estabelecido em lei. Destacou ainda que, embora a ANTT não tenha ingerência sobre o assunto como um todo, o Agência pode defender uma posição, que facilite o transporte multimodal. Observou, que de fato existe uma falta estrutura de governança no sentido de os órgãos estarem interligados, destacando a dificuldade de diálogo muitas vezes em relação a assuntos com outros órgãos intervenientes, citando como exemplo a própria Receita Federal. “A Agência não pode alegar sobre a participação dessa categoria no Siscomex, pois a Receita pode afirmar que a Agência não tem ingerência para tratar de despacho aduaneiro”, pontuou.

Luiz Ramos defendeu que embora a ANTT não possa determinar, ela pode solicitar o cumprimento daquilo do que está previsto em lei, pedindo a outro órgão anuente, que tome medidas necessárias. Nesse sentido Tatiane representante do SINDICOMIS/ACTC, ressaltou sobre inclusão do pleito na recente consulta CAMEX para Agenda Regulatória de Comércio Exterior, alegando que, a falta de regularização integral dos OTMs é uma barreira para a própria facilitação do comércio e desenvolvimento, bem como a importância da inclusão desse pleito na referida consulta.

O Gerente de regulação reiterou sobre a necessidade do SINDICOMIS/ACTC como entidade privada, continuar levando essa discussão entre demais órgãos intervenientes, pois essa tratativa está relacionada a uma estrutura de governança. Ele sugeriu que o SINDICOMIS/ACTC leve esse assunto para ser tratado pela Casa Civil e Conselho Nacional de Integração de Políticas Públicas – CONIT, pois esses órgãos possuem estrutura mais abrangente para tratar o pleito das Entidades de maneira mais objetiva e rápida.

A Superintendente Substituta, Rosimeire informou durante a reunião, que nem todos os OTMs habilitados possuem um CNAE, porque não é um requisito obrigatório e, destacou o papel da ANTT em participar das discussões e defender o apoio em relação à desburocratização. Ao final da reunião os representantes da Agência destacaram os esforços da ANTT para solucionar gargalos em relação ao transportador rodoviário internacional de cargas, bem como defenderam a importância do trabalho coordenado com várias entidades para prosseguimento do pleito.

Fonte: Tatiane Moura – Assessora de Relações Institucionais
SINDICOMIS/ACTC